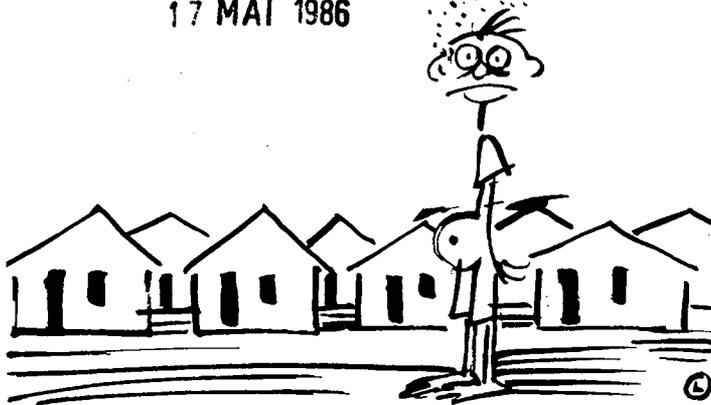


O DF e a miséria

EURIDES BRITO DA SILVA

CORREIO BRAZILIENSE

17 MAI 1986



A renda por habitante de Brazlândia, Ceilândia e Planaltina está bem próxima do nível de Zâmbia e outros países pobres do continente africano. O morador do Gama e de Sobradinho dispõe de um nível de renda semelhante ao de Botsuana, do Marrocos, da República dos Camarões e da Nicarágua. Mais aquinhoados, os residentes em Taguatinga e no Núcleo Bandeirante chegam perto da renda da Guatemala, da República Dominicana e do Peru. Não conseguem alcançar os níveis da Turquia e da Tunísia. Por sua vez, os "opulentos" Plano Piloto e Guará andam próximos da renda por habitantes da Venezuela, da Grécia e de Chipre.

Comparações internacionais sempre deixam muito a desejar, mas as informações acima dão conta dos graves problemas com que o DF se prepara para enfrentar o ano 2000. Cidade planejada, modelo de urbanismo e arquitetura, logo atraiu muitos milhares de pessoas que buscavam uma vida menos injusta. E o planejamento, como costuma acontecer nos países subdesenvolvidos, começou a fazer água por força do seu contexto social. Paulo Afonso já havia sido uma experiência semelhante. Assim, a orgulhosa capital da oitava economia do mundo convive com a realidade do País, como se pretendesse ser uma miniatura abrangida, de tudo o que existe nele. Os contrastes são gritantes: cerca de doze por cento das famílias do Distrito Federal tinham até dois salários mínimos de renda familiar mensal, enquanto cerca de oito por cento apresentavam renda acima de 25 salários mínimos. Ao passo que no Plano Piloto um por cento das famílias tinham renda de até dois salários mínimos, na Ceilândia quase um quarto das famílias estava nessa faixa. Os dados mostram, pelas atividades dos chefes destas famílias, algumas raízes de tais desigual-

dades. O setor público, liderado pelas instituições financeiras, é o melhor pagador para o assalariado. Já as atividades privadas, tendo na cauda a construção civil, pagam bem menos. Pelo que se observa, a capital, que foi criada para ser uma cidade administrativa, deve encarar outra realidade. A queixa comum às cidades-satélites é a falta de emprego e de moradia. É claro que, tendo emprego, até se consegue moradia. Aliás, a habitação é outro paradoxo aqui no Distrito Federal: não falta mão-de-obra, não falta espaço físico de modo geral, não há necessidade de partir para "espigões" de quarenta andares. Mas a construção se mantém insatisfatória, enquanto os desempregados precisam do que fazer e de lugar decente para morar.

Esse grave desafio requer que o Distrito Federal encare com urgência e energia a questão de suas vocações econômicas. Só em sonho se há de ima-

ginar que o Governo pode empregar tão grande quantidade de pessoas. Não podemos continuar dependendo do pai Governo para tudo. É preciso expandir urgentemente as atividades do setor privado, com preferência para aquelas que empregam maior quantidade de mão-de-obra. Destaca-se, em primeiro lugar, um setor que apresenta grande potencialidade, mas que precisa de espaço e regras claras: a indústria de transformação. Isso não significa que devamos fazer do Distrito Federal uma selva de chaminés, despejando fumaça no céu azul, sujando nossas águas já tão escassas e matando o cerrado. É preciso escolher o que convém, mas não se pode adiar mais a escolha. Além disso, é preciso incentivar tais atividades, não com um tipo de incentivos fiscais que beneficie apenas alguns poucos, mas que seja proveitoso para a maioria dos nossos habitantes. Esses incentivos devem ser uma renúncia temporária a uma parte do di-

neiro público, de tal modo que, segundo regras sérias, venhamos a colher bons frutos no futuro.

Outra atividade que não pode ser esquecida é a agricultura. Existe aqui um mercado consumidor considerável e a experiência de muitos dos migrantes que nos chegam é rural. Sem dúvida, depois que o homem do campo passa a ser um migrante urbano é muito difícil que aceite voltar para a área rural. Mas certamente não faltarão trabalhadores que aceitem colocações, se os projetos agropecuários tratarem com justiça seus empregados. No comércio e serviços também há faixas onde se atuar. O trabalho do Senac, no sentido de qualificar pessoas tanto para o emprego quanto para o trabalho, é um exemplo a ser estudado.

Se não quisermos que se aperte em torno de Brasília, tanto nas cidades-satélites, como na chamada área do Entorno, um anel de terrível miséria, precisamos tomar já decisões de peso. Não adianta reclamar da violência (que realmente nos acossa) se não tomamos providências adequadas para garantir ao homem os direitos fundamentais assegurados por qualquer Constituição no mundo. Não podemos ter um homem feito para o Distrito Federal, mas o Distrito Federal é que deve ser feito para o homem. Se o plano original, por melhor que seja, foi emendado pela realidade social, cabe-nos o dever de atender às necessidades da população do melhor modo possível. De outro modo, em breve Brasília repetirá alguns dos piores problemas da Velha-cap, contrariando, assim, muitos dos princípios que motivaram sua construção.

Eurides Brito da Silva, ex-Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, é vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada.